



Fundamentos da Educação em Agroecologia

Valdir Pereira Duarte¹
Amaro Korb Rabelo²

¹ Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (Assesoar – PR).

² Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (Assesoar), amaro@assesoar.org.br

RESUMO

Este texto expressa o método e os fundamentos adotados pela Assesoar, tendo como horizonte a organização econômica e política dos sujeitos coletivos e individuais do campo popular. Os referenciais são os da Educação Popular, seja nos processos formais ou não formais de educação. Apresenta tópicos referentes à interpretação do contexto pautado pelo capitalismo, numa conjuntura de retrocesso das lutas populares. Propõe a articulação entre a Agroecologia e a Educação Popular enquanto estratégia educativa, de formação humana e profissional, como contribuição apropriada às possibilidades da classe trabalhadora pensar e organizar a sociedade. Trata-se de um extrato do Projeto Político-pedagógico do Centro de Educação Popular da Assesoar.

Palavras-chaves: Educação Popular; Agroecologia; Fundamentos e método.

1 Contexto, problemática e desafios

1.1 A concentração do capital e a centralização do comando das estratégias de desenvolvimento

As corporações transnacionais ampliaram o seu poderio no controle das políticas e dos recursos de países como o Brasil, agora com o foco nos recursos naturais, nos alimentos, na energia, nos remédios e nas matrizes da vida. No bojo desse movimento de rearranjo do capital, apesar do reconhecimento do avanço nas políticas sociais, cresce o questionamento quanto às políticas estruturantes do governo federal que demonstram o peso das alianças do Estado com o capital interno e externo. Tal fenômeno acentua as imposições das corporações econômicas transnacionais sobre os povos mais pobres, uma vez que as 500 maiores empresas possuem 52% de toda a riqueza da Terra, configuradas pela progressiva fusão dos capitais atuantes na especulação financeira, na informação e comunicação, na pesquisa, na biotecnologia, nos insumos agrícolas e na produção e



disponibilização de energia.

O atual quadro da conjuntura brasileira é marcado pela hegemonia e pelo avanço do agronegócio, na maioria das vezes em aliança com o Estado, impactando o cotidiano e o futuro da agricultura familiar e camponesa quanto ao papel produtivo e social, um problema central a ser compreendido e contraposto, incluindo os socioambientais provocados pela massiva contaminação química e biológica. Tal hegemonia manifesta-se no controle das tecnologias praticadas na produção material diária, bem como na definição do pensamento-base das perspectivas futuras das organizações e dos indivíduos do campo e das cidades. Com base nessa dinâmica material, produz-se a forma hegemônica de agir, pensar e posicionar-se: a cultura liberal.

O Estado cumpriu, e cumpre, um papel estratégico no aumento do poder das empresas sobre a alimentação, por um lado combinando políticas oficiais de pesquisa e ensino, financiamento direto, infraestrutura, legislação e abertura de mercado interno e externo; e, por outro, desestimulando o papel de garantia da alimentação como componente da soberania e direito básico universal, incentivando, com investimentos de peso secundário, as iniciativas de cooperação na agricultura familiar e camponesa a disputarem o espaço controlado pelas empresas.

Com relação à formação humana, naquilo que corresponde ao direito público à educação, os enfoques centrais guiam-se, desde o Ensino Fundamental, pela competição e pelo individualismo, referências consideradas apropriadas para formar “para o mercado”, atualmente capitaneado pela “pedagogia empreendedora”. Os impactos da hegemonia do empresariado capitalista sobre a formação dos trabalhadores, no campo e na cidade, manifestam-se na predominância dos enfoques tecnicistas e produtivistas, reforçando a ideologia da necessidade das tecnologias comercializadas pelas empresas e da produtividade extrema para realizar-se economicamente. Tecnologias essas produzidas por uma ciência disponibilizada à classe trabalhadora de forma fragmentada e desprovida da inserção social que a condiciona; fragmentação que se traduz em impotência política.

As estratégias do agronegócio inauguram, no Brasil, um novo ciclo de produção com larga exploração de recursos naturais. É o que, por exemplo, está por trás do avanço dos organismos geneticamente modificados (OGM) com a liberação das transgênicas e da expansão dos desertos verdes de eucalipto e pinos. Transparecem os esforços do Governo



Federal para lançar o País no mercado mundial de energia, onde o capital transnacional, além de comprar usinas existentes ou instalar novas, passa a adquirir ou reorientar grandes áreas de pastagem ou do monocultivo tradicional para os agrocombustíveis, posição que o Brasil procura ocupar na divisão mundial do trabalho.

Para justificar o investimento no agronegócio como estratégia principal de desenvolvimento, além dos argumentos de ordem econômica — que se revelaram falsos pelo censo do IBGE¹ —, são realçados os argumentos da produtividade para o combate à fome, bem como a promessa de maiores cuidados ambientais, devido à redução do uso de agrotóxicos nas lavouras, argumentos inconsistentes, conforme dados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em relação ao Brasil². Trata-se da incapacidade dos mecanismos legais e do poder executivo de proteger a saúde pública contra a atuação das empresas transnacionais de venenos, uma vez que tal prática foi institucionalizada pelo Estado brasileiro depois da Segunda Guerra Mundial, em 1972, com a criação do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas.

Com a expansão dos transgênicos (negócios da biotecnologia), a partir de 1998 as empresas multinacionais Bayer, Syngenta, Monsanto, Dow Química, Dupont e Basf realizaram uma compra massiva das pequenas empresas que produziam sementes, ciclo completado no ano 2000. Detendo o controle de 80% do comércio de agrotóxicos no Brasil e donas de um faturamento maior do que a soma do PIB dos 170 países de menor PIB do mundo, atuam livremente.

Estão liberados em favor dessas empresas, por parte da Anvisa, 2.125 produtos agrotóxicos, produzidos com base em 434 diferentes tipos de venenos, condição que permitiu a comercialização de 790 mil toneladas, no Brasil, em 2009. Contando que há forte omissão, na declaração pública das suas atividades, por parte dessas empresas e que a prática do contrabando é corrente, estima-se que o uso efetivo, em 2009, chega a 1 milhão de toneladas, o que equivale a, aproximadamente, 5 kg de veneno para cada brasileiro, por

¹ Segundo o Censo do IBGE de 2006, para produzir o PIB agropecuário de R\$ 91 bilhões, o agronegócio precisou de R\$ 80 bilhões em crédito. A pequena agricultura, para produzir o PIB de R\$ 50 bilhões, precisou de R\$ 6 bilhões de crédito. Por esses parâmetros, quanto à eficiência dos investimentos, para cada R\$ 1 investido, o agronegócio gera R\$ 0,13, enquanto a pequena agricultura gera R\$ 7,30.

² Conforme fala de Leticia Silva, da Anvisa, na *IX Jornada Paranaense de Agroecologia*, Francisco Beltrão – PR, em 20 de maio de 2010.



ano (Anvisa, 2009.).

Tal prática empresarial, na esteira da retórica da produtividade necessária para realizar o desenvolvimento, tem sido um negócio de sucesso, tanto que, na safra 2008 para 2009, o preço do glifosato caiu em 40% para o produtor³. Para referir-se apenas à Monsanto, com o herbicida glifosato, a evolução recente da aplicação no Brasil é agravada pelo fato de que, no período de 2004 a 2009, a área plantada com soja caiu em 8,06%, de 23.301.000 ha para 21.563.000 de ha, segundo a Conab.

A omissão do Estado brasileiro na defesa da população e do meio ambiente torna-se evidente na inexistência de uma legislação e infraestrutura de fiscalização eficazes, o que permite a essas empresas agirem de forma criminosa, como constatado pela vistoria realizada, em 2010, pela Anvisa e pela Polícia Federal, nas linhas de produção dos agrotóxicos. Constatou-se que a Rarabrás, a Bayer e a Syngenta adulteravam a data de validade dos produtos; que a Nufarren adicionava, contrariando a legislação, um cheiro agradável ao veneno (no caso, *Citrus*), falseando o risco ao usuário; que a Basf, apesar de ter desligado toda a iluminação durante a vistoria, revelou falta de controle do que produzia; e que a Monsanto omitiu informações aos órgãos de controle a respeito do que fazia. Essa situação demonstra que se ignora, no âmbito da maioria das políticas públicas, os efeitos causados pela contaminação química e biológica, antiga e crescente, sobre a natureza em geral e a saúde humana, conforme diversas pesquisas já publicadas⁴.

A dinâmica geral dessa modalidade de desenvolvimento revela a face de sua perversidade, especialmente, para os mais pobres e para as pequenas iniciativas econômicas das cidades, a maioria agricultores/as familiares e camponeses/as e suas comunidades e trabalhadores/as rurais das regiões de grande concentração fundiária. Um dos indicadores é a progressiva concentração de renda⁵.

³Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP, Piracicaba – SP.

⁴ Como demonstra, entre outras, a pesquisa realizada pelo Conicet – Universidade de Buenos Aires, em 2009, revelando efeitos danosos sobre o sistema cardíaco, nervoso e digestivos de fetos de vertebrados, mesmo em doses centenas de vezes menores do que as utilizadas nas pulverizações das lavouras. Fonte: <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/boletim/boletim-437-17-de-abril-de-2009> e <http://blog.e-campo.com.br/2009/04/17/cientistas-expoem-efeitos-do-glifosato/>, acessados em abril de 2010.

⁵ Com as "reformas amistosas do mercado", o 1% mais pobre das sociedades latino-americanas perderam 14% de seus ganhos, enquanto os super-ricos acrescentaram 52% ao que já tinham, entre os anos de 1985 e



Outro indicador manifesta-se na atuação do Estado, tendo como porta-voz a mídia privada, no que se refere à criminalização dos movimentos sociais que resistem à cooptação e insistem em manter na pauta ações de enfrentamento a esse modelo, tendo em vista mudanças na ordem estrutural.

1.2 As implicações e as possibilidades à Agroecologia desde os contextos específicos

Com relação à Agroecologia, além do reforço nos espaços interinstitucionais já existentes, o avanço demanda a criação de uma forma organizativa dos/as agricultores/as ecológicos, com a finalidade de organizar, acompanhar e formular as ações necessárias para efetivar as práticas ecológicas na produção. Constituir-se-ia, assim, um avanço na Agroecologia, baseado em identidades específicas, mas articulado no enfrentamento das modalidades produtivas das empresas do agronegócio.

No contexto de avanço das tecnologias ligadas ao agronegócio, o campo e suas organizações necessitam ressignificar-se. Há uma clara disputa entre aderir às “tecnologias modernas” ou dar visibilidade às tecnologias ditas “atrasadas”, relacionadas aos povos do campo. Nesse confronto, muitos movimentos e organizações têm tido dificuldade em perceber que a Agroecologia não representa atraso, mas uma apropriação de conhecimento e tecnologias que têm como princípio a produção de alimentos e a promoção da saúde e da soberania.

A falta de sementes ecológicas e não transgênicas, devido à contaminação genética, já é uma realidade. É urgente avançar na efetivação dos direitos dos povos do campo, como o acesso à biodiversidade e às condições necessárias para a produção de alimentos, já garantidos no Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, do qual o Brasil é signatário.

Quanto à dinâmica do conhecimento técnico, a denominada Ater, apesar das mudanças realizadas, não dá conta de contrapor-se aos conhecimentos do agronegócio, não escuta os/as agricultores/as, continuando o conhecimento concentrado no técnico. Por outro lado, a maioria dos/as agricultores/as foram acostumados/as a receber as diretrizes prontas.

1995. (Londoño, Juan Luis y Szekely, Miguel, "Sorpresas distributivas después de una década de reformas", em: *Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política*, Número Especial).



A superação desse quadro reposiciona o enfoque e o papel do conhecimento bem como a relação entre técnicos e agricultores/as, articulando/tencionando, de maneira horizontalizada, o conhecimento acadêmico com o dos povos do campo.

Um dos grandes desafios é o êxodo da juventude no campo provocado pela ausência do Estado na implementação de políticas adequadas. Faz-se necessário construir políticas públicas que garantam terra e reestruturem localidades do campo.

Como as modalidades de relação de poder vivenciadas na sociedade perpassam todos os âmbitos, até as relações interpessoais imediatas, é desafiador praticar modalidades de convivência baseadas na horizontalidade e referenciadas na solidariedade, desde as famílias, localidades e organizações, já que predominam formas exploradoras e subordinadoras de coexistência. Crianças, jovens, mulheres e idosos normalmente padecem silenciados por uma autoridade baseada na cultura da hegemonia masculina, como reflexo e sustento da forma capitalista de ser.

Reafirma-se, assim, a terra com seus recursos, redistribuída e usada de forma responsável, como condição indispensável para uma vida com dignidade tanto no campo quanto na cidade. Cidades com desafios e potenciais cada vez maiores, uma vez que abrigam a maior parte da população e não podem ser pensadas sem o campo. Na fase atual do controle do capital sobre a sociedade, campo e cidade são fundidos.

Nas cidades de menor porte e territórios com predominância da agropecuária, faz-se necessário avançar as lutas populares, dado que o controle desses espaços pelas empresas capitalistas, dedicadas à indústria e ao comércio, colocam a maior parte dos/as trabalhadores/as em condições insalubres de trabalho, baixa remuneração e negação dos direitos trabalhistas básicos, sendo grandes a precarização das condições de moradia provocada pela concentração imobiliária e os danos e mutilações ligadas ao trabalho⁶.

Reorganizar a vida social exige a organização de uma força capaz de provocar o debate, a formulação e a implementação de políticas de Estado desde os municípios, de forma a efetivar os referenciais da ecologia e da autodeterminação nas dimensões produtiva, educativa, da saúde e saneamento, das relações interpessoais e do lúdico. Ações que adquirem significado, força e longevidade se desenvolvidas no bojo de um projeto de

⁶ Ilustra essa condição o fato de existir, em Francisco Beltrão – PR, a Associação dos Lesionados da BR-Foods, num esforço para fazer valer seus direitos à indenização pelos danos provocados pelo trabalho.



sociedade, forjado com a contribuição do campo popular, por isso atento aos mecanismos de classe que perpassam o cotidiano dos sujeitos e das organizações.

Mobilizar-se no enfrentamento cotidiano das modalidades de pensar e fazer ancoradas no capital transnacional passa, também, pela adoção de uma base tecnológica que reafirme a autodeterminação dos povos do campo no quadro de um projeto nacional, descentralizando o poder e desconcentrando a riqueza, reordenando a lógica de produção, com a mudança de seus objetivos.

Trata-se então de estabelecer uma relação entre tecnologia e conhecimento, com claras implicações para o mundo do trabalho e para a vida no campo que, no caso das tecnologias voltadas para o capital, gera sujeitos subordinados, cujo enfrentamento depende de um projeto de formação abrangente, acoplado as diretrizes do projeto social assumido. Formação que, como medida estruturante, contribua para a leitura da realidade e re/formulação dos rumos do desenvolvimento.

Quanto à disponibilidade de alimentos diversificados e ecológicos, um bem público e de interesse social universal, faz-se necessário alterar a lógica predominante, tanto nas organizações populares como nas políticas de Estado, de que esse papel cabe ao mundo privado, seja das empresas ou da ilusória proposição de que, por força própria, os povos do campo se resolverão através do “controle da cadeia produtiva”. Superar essa concepção exige reconceber as políticas de Estado para que reassumam a logística e a infraestrutura de comercialização, visando estabelecer garantias da alimentação saudável para a população das cidades, na lógica de que os bens de interesse coletivo, como os alimentos, demandam investimentos públicos (recursos da sociedade).

Considerando que o conteúdo e o método para disputa de um projeto social são indispensáveis, é relevante, por um lado, a ampliação da participação social, especialmente dos trabalhadores, e o esforço permanente na pesquisa e no levantamento de dados que demonstrem a Agroecologia como contraponto à agricultura empresarial.

2 A Agroecologia e a Educação Popular – epistemologia

A Educação Popular constituiu-se, no tempo e no espaço, instigada pelos desafios do contexto latino-americano referente aos povos explorados economicamente, excluídos politicamente e marginalizados socialmente. Produziu-se uma densa elaboração teórica



desde autores mais clássicos como mais recentes, entre eles Mejia (1989), Torres (2008), Brandão (2002), Ghiraldelli (1987) e Paludo (2001–2008).

Transitando pela Ecologia, pela Economia e pelas Ciências Sociais, a Educação em Agroecologia desafia a incorporar os referenciais da Educação Popular ao mesmo tempo em que seleciona, da gama de enfoques, aqueles que permitirão potencializar as lutas populares e de classe.

Tem se tornado hegemônico na Educação Popular o enfoque que a considera como libertadora, conscientizadora, opondo-se à educação “bancária” ou alienante. Por essa perspectiva, para “libertar-se”, o povo trabalhador e o indivíduo explorado, que vive num estado de consciência ingênua por causa da opressão e da alienação sofrida, passam por um processo educativo “problematizador” para alcançar uma consciência de tipo crítica a respeito de sua situação. Uma vez alcançada essa consciência, seria possível uma ação transformadora, conforme Paulo Freire.

Contudo, outros autores da Educação Popular mostram que, em termos de projeto político, nem tudo pode ser feito com base no diálogo e na reflexão⁷ enquanto movimento de conscientização. As abordagens da conscientização, apesar de pedagogicamente importantes, são consideradas insuficientes para desencadear ação social transformadora.

Esse quadro de lutas e enfrentamentos econômicos e sociais que explicita os limites da “conscientização” leva a incorporar, nas ações educativas dos movimentos populares, a preocupação com a dimensão política da Educação Popular como estratégia educativa para um projeto político distinto do capitalismo. Assim, a Educação Popular politiza a educação ao mesmo tempo em que se propõe a dar um caráter pedagógico à política, exercida principalmente na ação dos movimentos sociais, na busca de atender a suas necessidades e anseios.

O processo de luta social permitiu um novo desenvolvimento metodológico da Educação Popular, na medida em que assume a perspectiva da consciência de classe⁸, esta

⁷ O próprio Paulo Freire num exercício de autocrítica, avança ao afirmar que sua teorização anterior (a acima citada) era afetada por uma falta de clareza política com relação ao papel da educação na sociedade: faltava a análise das classes sociais bem como das lutas destas na dinâmica social. Paulo Freire afirma estar “ideologizado, como um pequeno burguês intelectual” (Aramendy e Gonzalez).

⁸ *Classe social*, conforme Marx, é uma categoria analítica, uma ferramenta para conhecimento profundo do capitalismo. Um mecanismo teórico que permite aos/as trabalhadores/as, desde os enfrentamentos das situações cotidianas de exploração, perceberem-se como membros de uma grande quantidade (a maioria do povo), uma classe explorada pelos proprietários dos meios de produção: a burguesia.



emergindo na ação dos explorados em suas diversas formas (ação mobilizadora). Em última instância, a consciência de classe depende de uma prática de classe, forjada, desde o fazer cotidiano, na formulação de horizontes políticos. Em contrapartida, ações do dia a dia de indivíduos ou grandes populações despojadas de projeção política só podem se traduzir em consciência fragmentada, impotentes para realizar, de forma solidária, mesmo as demandas mais banais.

A consciência crítica capaz de, efetivamente, transformar pessoas e estruturas é fruto, em última instância, da ação organizada. Consciência que, ao refletir sobre o fazer organizativo e político (teorizar, abstrair), incluindo o simples e corriqueiro, pode voltar à ação para refazê-la. A Educação Popular assume elementos da forma de pensar dialética⁹, configurando-se como a dimensão pedagógica da ação popular, uma ação política.

Assim, o processo organizativo popular, numa sociedade contraditória e conflitiva, protagonizada pelos conflitos estruturantes (de classe), impulsiona a pedagogia da Educação Popular, cujo objetivo central é pedagogizar as lutas populares. As lutas, por sua vez, são “lugares” onde os que não aceitam a exploração e subordinação de classe aprimoram sua capacidade crítica, sua consciência analítica e criativa, sua capacidade de inovação e apropriação de conhecimentos. Lutas que dependem da relação entre consciência e organização, não apenas da consciência, pois necessitam inventar formas de superar o isolamento cotidiano e a dispersão política para adquirir significado. A organização popular, ao reinventar as lógicas produtivas, das relações sociais e pessoais e do lúdico, torna-se o alicerce da prática educativa na Educação Popular.

As identidades individual, étnica, de gênero, no bojo da identidade de classe, confundem-se com a reinvenção da organização social. São construídas com a mediação da Educação Popular, que se nutre e retorna na forma de elaboração teórica/conceitual, potencializada na medida em que historiciza e dialoga com as teorias já elaboradas em outros contextos e épocas.

Constitui-se em tarefa da Educação Popular contribuir para que as formas de luta, inventadas em cada contexto ou conjuntura, sejam capazes de oferecer uma explicação alternativa, de contraponto à da ideologia liberal para os problemas em foco (uma leitura da

⁹ Movimento reflexivo contínuo sobre o fazer social que implica, necessariamente, as condições históricas da produção material da vida.



realidade); formulem uma perspectiva capaz de recompor politicamente a fragmentação causada pelas renovadas estratégias do capital no campo produtivo, filosófico e científico; e implementem um método de ação que mobilize, desde suas especificidades, para um projeto social estratégico porque, no contexto latino-americano, as lutas populares não fecundadas por um projeto alternativo de sociedade dificilmente avançam para além do formal. É na atual fragmentação das formas sociais de inserção e exclusão que o capitalismo efetiva a ideologia do fim da história e da morte do socialismo.

A Educação Popular fecunda positivamente as estratégias produtivas ecológicas porque, para contribuir na refundação dos parâmetros de organização social (formação política), constitui-se numa pedagogia capaz de implicar, necessariamente, a escolarização e a formação técnica e profissional, tendo em vista preparar para a análise crítica da situação e para elaborar projetos capazes de influenciar na transformação da realidade desde o cotidiano da classe trabalhadora.

3 A educação em Agroecologia e os referenciais da Educação Popular

Assumindo os referenciais da Educação Popular, a Agroecologia contribuirá para a análise crítica da realidade social (combinando o saber cotidiano e a abstração), para desvelar os fundamentos e os métodos dos projetos liberais, nos seus variados disfarces (faz contraideologia).

Para que o devir possa instaurar-se, é fundamental o desvelar, condição para contrapõe-se à **educação liberal nos seguintes aspectos:**

1 Educação como solução para a exclusão econômica capitalista – trata-se de um dos enfoques hegemônicos na atual fase da sociedade brasileira. A falta de “oportunidades” é tida em relação estrita e direta com o acesso à escola formal. O comunitário é realçado como espaço e condição de conformação dos indivíduos, dissociando-os da compreensão ampla do mundo capitalista e das relações sociais. O resultado é a despolitização e o esforço individual para resolver-se.

2 Educação como preparo para concorrer no mercado – constrói a naturalização da exclusão social, cujo sucesso ou fracasso para acessar o “topo” depende da capacidade pessoal para competir com outros. Neste caso, a sociedade está estruturalmente definida com lugar garantido para os “competentes”, e não há o que mudar. A “pedagogia



empreendedora” é uma tradução recente desta perspectiva.

3 *Educação como formação técnica para o trabalho* – agora um trabalho flexível, com demandas instáveis, que exige e se apropria da subjetividade, da criatividade e da capacidade decisória do trabalhador como potencializadores da produtividade a ser apropriada pelo capital (formação na perspectiva do capital humano). Desaparece a ideia da necessidade de uma formação humana com fundamentos sólidos, universalizantes, politizadores e da gratuidade.

Trata-se de confrontar a perspectiva da irreversibilidade do economicismo para pensar as formas sociais de organização; de resistir à ideia de que a única perspectiva teórica e política válida é o pragmatismo derivado das abordagens positivistas, inclusive de teorias que se apresentam críticas, onde tudo o que se faz tem que ser “concretamente propositivo”, o que limita o pensar e o apontar utopias e nega a possibilidade da atualização das teorias clássicas da modernidade formuladas em função das lutas populares (abordagem neoconservadora). Trata-se, por fim de acreditar como válida uma tese da possibilidade da revolução econômica, social e política no mundo globalizado, cuja condição é disputar a atual forma de globalização, um desafio histórico onde a América Latina não é Macunaíma¹⁰. Um desafio de classe.

A condição para fecundar pedagogicamente o fazer social popular, coletivo e individual (politizá-lo) está em fundir futuro e presente, utopia e cotidiano, onde a existência de um futuro transformado depende, necessariamente e também, de um presente capaz de traduzir a solidariedade, a democratização da riqueza, do conhecimento e do poder encarando a vida como objeto político.

Um movimento de ressignificação de um mundo que é social e produz cultura em conflito, na relação desigual de poder. No capitalismo, o pedagógico da emancipação se dá a partir da rejeição da ideia de um campo cultural harmônico, produzido pelo consenso. A cultura é, portanto, o mundo transformado pelos humanos a partir da sua intervenção consciente, aguçada por um movimento permanente de crítica aos valores instituídos (ética) (cf. Chauí, 1970).

¹⁰ Na defesa de um Brasil autônomo em relação à cultura europeia, Mário de Andrade cria, em 1928, Macunaíma, um herói às avessas, incapaz de considerar a história e a cultura do seu povo, sem escrúpulos e sem caráter, que rompe a relação ser humano-natureza e se extermina: uma alusão à influência da sociedade burguesa europeia e ao seu eurocentrismo, expresso, enquanto literatura, no romantismo alemão.



A crítica a esses valores está assentada nos princípios da autodeterminação (posicionamento coletivo sobre a exploração econômica e a subordinação de classe), da *reflexão* (pensar por si mesmo, decidindo sobre os referenciais), da *autonomia* (possibilidade de tomada de decisões), da *significação* (capacidade analítica), da *democracia* (sem iludir-se com os consensos entre classes), da *alteridade* (percepção das diferenças e da teia que as articula na organização da sociedade capitalista). Essa condição tem o potencial educativo para desenvolver a crítica argumentada, que historiciza e contribui para a superação de verdades dogmáticas, por isso capaz de pensar criticamente o mundo capitalista para transformá-lo.

4 Matrizes estruturantes da formação

Os cursos, ao elaborarem sua ementa e plano, deverão garantir o aprofundamento suficiente das seguintes categorias, traduzindo-as metodologicamente.

1- O princípio educativo do trabalho

O mundo do trabalho (da transformação e significação da natureza) contraditoriamente produz as condições materiais do existir. Por isso, é o lugar privilegiado de luta e reflexão, base para compreender as relações sociais capitalistas, que caracterizam a humanização nesse contexto histórico. Ao perceber as distintas formas de humanização, no esforço de classe dos/as trabalhadores/as para recriar o trabalho como desalienação e emancipação, evidenciam-se as contradições materiais e sociais do capitalismo, condicionante atual do próprio trabalho e do mundo.

2- Cultura

É papel da Educação Popular a construção coletiva do conhecimento sobre a trajetória de humanização em curso, contribuindo para que sujeitos individuais e coletivos compreendam-se e organizem-se a partir da prática de classe, tendo em vista fortalecer a capacidade de contra-hegemonia, para o qual as lutas sociais populares são lugares estratégicos de forjar a percepção politizada do mundo.

3- A organicidade



A vivência do princípio educativo do trabalho acontecerá já nas trajetórias de estudo. A Educação Popular é também um esforço cotidiano para politizar, articulando-se às lutas, compartilhando as tarefas de organização do estudo e da convivência, onde a apropriação do conhecimento aconteça de forma sistemática, planejada e avaliada coletivamente.

Obs.: O instrumento que regulará a dinâmica assumida na organicidade será o acordo coletivo de cada turma.

4- Classes sociais

Os processos educativos permitirão aos/as educandos/as, a partir da leitura da realidade capitalista, manter viva a indignação contra a exploração e a subordinação, temperada pela atitude solidária com o conjunto dos/as trabalhadores/as, do campo e da cidade, nas suas lutas.

O sentido político da formação permitirá o avanço de cada educando/a para a consciência de classe, base para a atitude revolucionária em relação à estrutura capitalista de gerir o mundo material e a humanização. Desafio que exige o aprofundamento e o compromisso em torno da formulação de um projeto político para a sociedade.

Trata-se de enfrentar a ingenuidade política na leitura de mundo e a apatia diante da exploração capitalista assentada no controle da elite sobre os meios de produção, de comercialização e sobre a natureza.

5- Práxis formativa e papel da teoria

O ponto de partida da formação política são as tensões e as contradições da realidade sociomaterial vivenciada pelos/as educandos/as (relações interpessoais, sociais e políticas) mediadas pelo trabalho material no mundo capitalista. Dessa perspectiva, a Educação Popular será contraponto à pedagogia liberal hegemônica, produtora e difusora da ideologia que permeia e configura os mecanismos de controle de classe.

A contraposição à forma liberal de agir e existir (cultura liberal) se dá a partir das relações interpessoais e produtivas assentadas nos valores e nas práticas da participação, da cooperação, da solidariedade de classe, da socialização dos bens produzidos e da contraposição ao capitalismo na gestão dos processos educativos e da vivência cotidiana.



É na explicitação dos conflitos e na formulação de estratégias de ação que o/a educando/a estabelece a relação com as teorias já produzidas no embate das classes sociais, apropriando-se dos conceitos que permitam desvelar os mecanismos de exploração econômica e da subordinação política e mobilizar-se em torno de alternativas desde a classe trabalhadora.

6- Tecnologia

As tecnologias, enquanto formas sociais de uso do conhecimento, são resultado dos compromissos com os rumos da sociedade, definidos na relação entre as classes sociais. Esses compromissos e opções impactam os objetivos e os métodos de produção da ciência.

Em relação à produção material, a maquinaria e a automação são extensão da capacidade humana de produzir riqueza pelo trabalho, sendo por isso patrimônio coletivo apropriado material e ideologicamente pela burguesia.

A história mundial das lutas materiais e políticas dos trabalhadores configuraram o socialismo como contraposição ao capitalismo, nos quais a terra continua como meio fundamental de produção de riquezas pelo trabalho, estando em disputa os objetivos que o mesmo cumpre na dinâmica humana.

7- Projeto político

Diferentes paradigmas disputam o presente e os rumos do mundo atual. O capitalismo configura o Estado como sociedade civil e sociedade política, tensiona as políticas públicas enquanto direito e combate o socialismo. A social-democracia construiu o “Estado de bem-estar social” como vitrine do “bom” capitalismo possível. O socialismo, como proposta concreta de superação do capitalismo, é mantido à margem pela hegemonia da concepção liberal, apesar de sua consistente produção teórica e experiência histórica. Recentemente, propõe-se afirmar, desde os países andinos, um novo paradigma, do bem viver, apontando para resgatar a cosmovisão indígena e os mitos ancestrais, que mantinham forte conexão com a natureza, a terra, os animais.

Compreender a fundo os diferentes apontamentos é condição básica para o posicionamento de classe e a luta econômica e política.



8- Cultura da agricultura familiar e camponesa

O capitalismo, enquanto sistema econômico e cultural hegemônico, mantém como funcionais às suas estratégias distintos grupos com características sociais específicas, a exemplo dos agricultores familiares, dos microempresários, dos assalariados rurais.

Nesse meio, composto por subordinação e resistência, modalidades teóricas se configuram para explicar a realidade e apontar possibilidades, a exemplo, no campo, da questão agrária e do capitalismo agrário. No caso dos agricultores familiares e camponeses, o capitalismo desenvolve modalidades de controle deliberativo e econômico associadas à posse individual de pequenas parcelas de terra ou unidades industriais. Ou seja, a posse formal de pequenas parcelas de meios de produção, insuficiente como instrumento de poder para dirigir a sociedade, é eficaz enquanto ideologia, levando a grande maioria desses “proprietários” a se solidarizarem com a burguesia, ilusoriamente assumindo o projeto político desta.

9- Ciência, ideologia e poder político.

No jogo de poder, definido pela classe que detém o poder econômico, a produção do conhecimento científico é minuciosamente controlada em benefício da acumulação do capital e da centralização política. Poder este instituído, efetivamente, fora dos meios legais e parlamentares, que cumprem papel de legitimação.

Nesse movimento, a ciência tende a confundir-se com ideologia, mascarando a compreensão da realidade, o que se constitui num desafio permanente para os/as trabalhadores/as nas suas lutas e processos de formação.

5 Método

5.1 O processo do conhecimento

O processo de conhecimento implementado pelos referenciais da Educação Popular investiga a prática sociomaterial vivenciada no campo e na cidade, pelas famílias, pelos/as educandos/as, pelas organizações e pelos movimentos, nos seus aspectos tensos e contraditórios, problematizando-os e teorizando-os na perspectiva de que o concreto pensado é condição para, a partir do senso comum, do conhecimento empírico, construir uma percepção aprofundada e ampla da realidade, possibilitando a ação política, de classe.



Por isso, essa trajetória exige se apropriar do conhecimento teórico já elaborado pela humanidade, ciente das contradições de classe que, historicamente, o condiciona.

No método de conhecer, alterna-se, de forma dialética, o tempo vivido e o tempo pesquisa/estudo/reflexão. O conhecimento, organizado, se torna sistemático, guiado por um método consciente, planejado.

Ou seja, a prática investigada, teoricamente reelaborada, aponta e provoca o refazer das práticas, sendo esse processo componente do próprio ato de conhecer.

5.2 Teoria e prática: implicações

Faz parte do conhecimento dos/as educandos/as analisar as práticas e o contexto e encaminhá-las, utilizando conceitos, teorias e sistematização (ferramentas do pensar), tendo em vista os desafios políticos, econômicos e organizativos. Práticas que, recriadas, explicitam novas tensões e contradições, constituindo novos objetos de pesquisa e estudo. Nesse movimento, os próprios instrumentos podem ser superados e/ou recriados, enquanto a capacidade de compreender e transformar o mundo se amplia e aprofunda.

5.3 Historicizar para desvelar, contrapor e propor

A forma como a classe trabalhadora interpreta a história e a conjuntura são fundamentais nas dinâmicas de produção do conhecimento nas relações capitalistas de trabalho. Refazer o estudo da história e da conjuntura a partir da ótica da classe trabalhadora, um olhar científico politizado, que explicita os porquês dos movimentos da sociedade num determinado contexto, é papel estratégico da formação política. É este conhecimento que, colocando balizas para o conhecimento técnico, permite atuar nas estratégias produtivas sem perder-se.

Por isso, no trabalho das tecnologias ecológicas, faz-se necessário aprofundar, por exemplo, por que o solo chegou a esse nível de desgaste, relacionando tal fato com a dinâmica capitalista de produção. É necessário desmistificar o parlamento/voto, a origem das riquezas, a democracia formal, o poder político e administrativo, bem como a tecnologia controlada como meio de superação da pobreza.

5.4 Gestão das atividades formativas



É indispensável a constituição de coletivos de educandos/as com a tarefa de analisar e apontar caminhos aos desafios do projeto pedagógico em execução. Trata-se de exercitar modalidades de poder distintas do formato capitalista.

As trajetórias formativas serão desenvolvidas com diretrizes que se operacionalizam nas práticas pedagógicas, em movimento constantemente mediado, tensionado. Cada um/a deverá, pelos processos de reflexão, colocar-se em xeque quanto à situação pessoal, da organização e da sociedade, demandando o aporte do/a educador/a a partir de instrumentos apropriados à reflexão sobre a condição vivenciada. Para isso, os momentos coordenados de ouvir, expressar-se, serão constantes durante as atividades formativas.

Assumida a intencionalidade política, o suporte pedagógico conduzirá as dinâmicas formativas cuidadas por equipes com conhecimento e sensibilidade, captando, em cada situação, os componentes pedagógicos das dinâmicas e interações que escapam aos instrumentos formais.

5.5 Sistematização em Educação Popular e planejamento

Trata-se de identificar o nível da apropriação conceitual e teórica, apontando limites no conhecimento e nas práticas, bases das novas investigações, das aproximações teóricas e do planejamento. Supõe que cada educando/a exercite e assuma uma estrutura reflexiva sistemática, capaz de compreender as diferentes situações com potencial pedagógico, na perspectiva dos interesses de classe.

Pelo método e pela reflexão, pretende-se realizar a crítica à ciência positivista, reorganizando a apropriação do conhecimento científico para a transformação social. Cumprirão papel estratégico a investigação e o método sistemático de acesso e produção de conhecimento, a partir do campo popular (sistematização em Educação Popular).

5.6 Projeto metodológico

As atividades formativas contam com registros das reflexões e dos encaminhamentos. O projeto metodológico dá intencionalidade e organiza as atividades de cada tempo pedagógico, sendo reelaborado a cada etapa formativa.

5.7 Avaliação



Na perspectiva da Educação Popular, a avaliação é o movimento reflexivo e retrospectivo, coletivo e individual, sobre a dinâmica do conhecimento. Implica as ações de cada educando/a na produção e na organização, produzindo pistas de continuidade. Combina indicadores formalizados e não formalizados, baseando-se em acordos coletivos. A avaliação coletiva continuada acontece a partir de metas, identificando em que medida os envolvidos vão constituindo processo e quais valores são fortalecidos.

A avaliação garantirá duas dimensões dos objetivos:

– **De ensino** (conhecimento, conteúdos, áreas da ciência afins), a cargo de quem ministra o conteúdo. Os educadores precisam garantir que os/as educandos/as se apropriem dos conceitos básicos. Cada educador/a deverá explicitar um bloco de conceitos a serem apropriados/construídos, em consonância com as ementas.

– **Formativa** (mensurar como se forma esse sujeito novo, na perspectiva de uma sociedade a serviço da classe trabalhadora), a cargo do coletivo de formadores — movimentos sociais, organizações populares — sendo que, nesse bloco considera-se o tempo comunidade, considerando os seguintes critérios:

1- Organicidade, auto-organização coletiva dos/as educandos/as.

2- Intencionalidade/direcionalidade dos processos, a cargo da coordenação. Considera a identidade, leitura de mundo, posição política, postura moral e atitude crítica sobre os valores vivenciados (ética) de cada educando/a, incluindo componentes sociais e políticos que se somam na construção de um projeto a serviço de uma sociedade anticapitalista e socialista.

3- A sistematização em Educação Popular, como forma de analisar os processos, produzindo, coletivamente, conhecimentos teóricos e metodológicos.

Aproximações bibliográficas

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Novas Leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ASSESOAR. **Revista Cambota**, Nº 8 de Mar.-Abr. 1975, p. 4.



- ASSESOAR. **Revista Cambota**, Nº 1 de Dez. 1973, p. 5-6.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**. Petrópolis: Vozes, 2001..7ª ed.
- BONETTI, Lindomar W. **O significado histórico do levante armado dos colonos do sudoeste do Paraná ocorrido em 1957**. Ijuí: Unijuí, 1997. 2ª ed.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-59.
- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 2ª ed.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito a cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DUARTE, Valdir. **Escolas públicas do campo, problemática e perspectivas: um estudo a partir do Projeto Vida na Roça**. Francisco Beltrão/PR, Assesoar, 2003.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 1997.
- ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 3ª ed.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 17ª ed.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 13ª ed. Coleção O Mundo, Hoje. v. 21.
- FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 5ª ed.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Pistrak e o princípio educativo do trabalho**.
- GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 13-31.
- GOLIN, Tau. **A guerra guaranítica**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 8ª ed.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989. 3ª ed.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. 3ª ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho.
- GUANZIROLI, Carlos; *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**.



Rio de Janeiro: Geramend, 2001.

HECHT, S. B. **A evolução do pensamento agroecológico**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.

HINKELAMMERT, Franz. As raízes econômicas da idolatria: a metafísica do empresariado. In: **A luta dos deuses**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

HOLANDA, Sérgio B. (dir.) **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1968.

HURTADO, Carlos Nuñez. **Educar para transformar, transformar para educar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 3ª ed.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2002. 2ª ed.

KORB, Tobias; *et al.* **Desenvolvimento multidimensional do campo, concepção e método: referências a partir do Projeto Vida na Roça**. Francisco Beltrão/PR – Assesoar, 2011.

MAKARENCO, Anton -

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996. 2ª ed.

MARTINS, Fernando José. **Gestão democrática e ocupação da escola: O MST e a educação**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

MARX, C.; Engels F. **La ideología alemana**. Havana: Política, 1979.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, vol. II e III

MEJÍA, Marco Raul J. **Educación(es) en la(s) globalización(es)**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho de antropólogo**. Brasília: Edição Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

ONÇAY, Solange Toderon Von. **Tema gerador na relação com a constituição de políticas públicas**. Ijuí: Unijuí, 2006. Série Educação 101.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Relações públicas, movimentos populares e transformação social**. Revista Brasileira de Comunicação, v.XVI, n. 2. São Paulo: Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1993.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Quarta, 2005.

PISTRAK. **O trabalho como princípio educativo**.

QUIJANO, Anibal. **modernidad, identidad y utopia en América Latina**. Lima: Sociedad y Política, 1988.



REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO Gustavo Lins. **A condição da transnacionalidade**. Série Antropologia, nº 223, Brasília, UnB, 1997.

RUSH, Alan. A teoria pós-moderna do Império (Hardt & Negri) e seus críticos. In: Atilio A. Boron (org.). **Filosofia política contemporânea**. Buenos Aires & São Paulo: CLACSO & Departamento de Ciência Política - FFLCH-USP, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 4ª ed.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, julho de 2004.

SOKAL, A e BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2006. 3ª ed.

SOUZA, João Francisco de. **E a Educação Popular: Que?**. Recife: Bagaço, 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 3ª ed. Vols. I, II, III.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995. 6ª ed.

VERONESE, Claudino Domingos. **O papel pedagógico da Assesoar no apoio a construção da cidadania dos ex-posseiros do sudoeste do Paraná**. Ijuí: Unijuí, 1998. p. 121.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WOORTMANN Ellen, WOORTMANN Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997. p. 10.

ZITKOSKI, J.J. **Horizontes da refundamentação em Educação Popular**. Frederico Westphalen: Editora Universitária, 2000.